

CONTEXTO SÓCIO, POLÍTICO E HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

VIEIRA, Isabela Cristina de Lucas.¹

CANCI, Nayara.²

SALVATI, L. M. Marilena³

RESUMO

Um estudo sobre aspectos importantes da história educacional escolar brasileira demonstra os períodos nos quais a educação foi formada. Investigando a educação brasileira, entende-se o surgimento com os jesuítas que tinham como objetivo principal a catequização. Nessa época, não havia um sistema educacional que garantisse a demanda populacional brasileira, pois somente concentrava-se a educação indígena. Posteriormente, com a vinda do Marquês de Pombal, criam-se as aulas régias; após, inicia-se o período Imperial e, em seguida, o Republicano que modificariam a educação. Esses períodos foram responsáveis pela educação atual, demonstrando a precariedade no comprometimento da formação das escolas, que hoje refletem-se em grandes problemáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Pública, História e Políticas Educacionais.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em apresentar como a educação se desenvolveu no Brasil, que, de certo modo, compreende a formação da educação atual. Alguns períodos importantes da formação da Educação Brasileira serão abordados, pois é de grande importância conhecer sobre a Educação, ocorrendo fatores a serem analisados na formação ideológica criada pela história educacional.

O início da educação chega com o intuito errôneo da forma do que deveria na realidade ser, a forma de educação como doutrinação dos índios; logo, traz fenômenos ideológicos para a formação das atuais escolas. No entanto, o processo histórico deve ser retomado e, através dos erros cometidos, consertados para que ocorra uma geração atual, na qual a visão da escola seja de um lugar apropriado para o futuro pessoal por meio de conhecimentos, e não somente uma obrigatoriedade imposta.

Percebe-se que, a realidade não está focalizada na educação de qualidade. A educação deve proporcionar um ambiente de conforto para os alunos; como dizem, a escola é a segunda casa, ou seja, a visão escolar deve ser contemplada por ser um dos lugares mais importantes para a formação educacional/pessoal.

¹Estudante do sexto período de Letras – Português e Inglês – Centro Universitário FAG. E-mail: isabela.vieira0@hotmail.com

²Estudante do sexto período de Letras – Português e Inglês – Centro Universitário FAG. E-mail: nayara_canci@outlook.com

³Professora orientadora – Centro universitário FAG. E-mail: marilenasalvati@hotmail.com



Contudo, este artigo reflete períodos como: período colônia, pombalino, imperial, republicano, momentos importantes da formação educacional brasileira que refletiram-se nos dias atuais. Esses processos devem ser estudados e analisados, pois, assim, é possível perceber as questões que geraram alguns dos erros educacionais da contemporaneidade.

2. A organização Jesuíta no Brasil entre 1500 - 1759

Em 1500, com a chegada dos portugueses, inicia-se o processo educacional no Brasil. Precisamente, em 1540, a educação jesuíta tinha o objetivo de catequizar os indígenas que aqui viviam. Esse processo educacional tinha tal intuito para pacificá-los, para que assim pudessem subordiná-los às relações de mão de obra barata, como afirma Paulo Rennes Marçal Ribeiro (1993), “O principal objetivo da Companhia de Jesus era o de recrutar fiéis e servidores. A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos”.

Os princípios básicos impostos na educação jesuítica eram:

- 1) a busca da perfeição humana por meio da palavra de Deus e a vontade dos homens; 2) a obediência absoluta e sem lites aos superiores; 3) a disciplina severa e rígida; 4) a hierarquia baseada na estrutura militar; 5) a valorização da aptidão pessoal dos seus membros. (NETO e MACIEL, 2008, P. 173)

Nesses princípios básicos impostos pelos Jesuítas fica clara a rigidez determinada aos nativos que aqui viviam para, dessa maneira, impor regras e torná-los mais pacíficos. Dessa forma, a educação Jesuíta se tornou por muitos anos a principal e a mais poderosa forma de educação.

Apesar de estarem subordinados aos planos portugueses para o Brasil, os Jesuítas tinham certa autonomia e tiveram um papel fundamental na colonização das terras brasileiras.

Aos curumins e colonos, a educação era totalmente católica com a intenção de doutriná-los ao cristianismo. A educação média era destinada somente aos filhos da classe dominante e a educação superior aos filhos dos aristocratas.

A educação elementar foi inicialmente formada para os *curumins*, mais tarde estendeu-se aos filhos dos colonos. Havia também os núcleos missionários no

interior das nações indígenas. A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra. Estes seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo. (RIBEIRO, 1993, p.15)

Os Jesuítas construíram um alicerce educacional muito grande no Brasil, que se iniciou em meados de 1500 e teve seu fim apenas em 1759 com o exílio dos Jesuítas por Marquês de Pombal, após a assinatura do Decreto-lei de 3 de setembro.

Assim, Pombal procurou industrializar Portugal, decretando altos impostos sobre os produtos importados. Fundou a Companhia dos Vinhos do Douro, que monopolizou a comercialização dos vinhos em Portugal, prejudicando a nobreza que produzia vinhos em suas quintas. Incentivou a produção agrícola e a construção naval. Reformou a instrução pública e fundou várias academias. Confiou a reorganização do Exército português ao conde de Schaumburg-Lippe, militar alemão. Acabou com a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Entretanto, o exemplo mais conhecido de suas ações reformadoras é a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios. (SECO e AMARAL, s.d., on-line).

Portanto, com a chegada de Marquês de Pombal, houve várias mudanças nas políticas portuguesas e principalmente nas políticas educacionais com a expulsão dos Jesuítas, pois pensava-se em extinguir a doutrinação religiosa para com os nativos, já que, segundo SECO e AMARAL, s.d. on-line, “seu objetivo era que os índios fossem libertados da tutela religiosa e se miscigenassem para assegurar um crescimento populacional que permitiria o controle do interior, nas fronteiras”, pois ele não acreditava ser possível uma emigração europeia que cumprisse com esse papel.

O governo de Marquês de Pombal foi caracterizado pela tentativa de tornar Portugal e suas colônias a potência que fora outrora. Para que isso acontecesse, ele tentou utilizar das estratégias educacionais de outras potências que haviam superado Portugal. Com esse objetivo foi então que ele expulsou os Jesuítas e implantou uma reforma educacional por meio das aulas régias/aulas avulsas.

2.1 A EDUCAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL

A Educação Pública delineia-se no final do século XVII através da Revolução Francesa, em 1789, com a queda da Bastilha e a ascensão de uma classe, a “burguesia”, em detrimento da Monarquia que imperava na França daquele período. Encabeçado com princípios iluministas e teóricos, como Jean-Jacques Rousseau, a Revolução Francesa tornou-se a primazia dos direitos dos indivíduos nas sociedades liberais.

A educação pública somente entrou em vigor a partir do século XIX, tendo como filosofia fundamental a de que a educação é “[...] um direito do homem e do cidadão.” (LUZURIAGA apud PERES, 1959, p.40). Busca-se então a implementação da ideia de que a educação é direito de todos, porém, dialogando com o contexto histórico brasileiro do século XIX, notadamente fora elitizada para as classes dominantes da época.

Com a remodelagem que ocorre no início do Império em 1808 no Brasil, novas instituições são criadas para uma expansão considerável do desenvolvimento da pesquisa e da educação para os brasileiros. A escola continuava a ser elitista e segregada porque nela somente estudavam os ricos e os homens. Porém, grandes avanços ocorreram e, pelo menos a educação básica inicial (o que representaria hoje, por exemplo, a Educação Fundamental dos Anos Iniciais) passou a ser gratuita para o acesso de todos os cidadãos.

Em 1808, a família real portuguesa transferiu-se para o Brasil, para fugir do ataque francês. A presença da corte portuguesa no Brasil, com todo o seu aparato, propiciou o desencadeamento de transformações na colônia. Neste processo, foram abertos os portos brasileiros ao comércio exterior acabando com o monopólio português. Para suprir as carências oriundas do logo período colonial foram criadas varias instituições de ensino superior [...]. (Nascimento, s.d., on-line).

Compreende-se que a educação do período imperial era para poucos e, concomitantemente, por razão do sistema que havia na época, pouco interessava à família real e ao clero melhorar tais questões, que ficaram somente no papel. Todas as questões relacionadas a uma educação para todos estagnavam-se entre a burocracia e o desgosto da população pela monarquia brasileira.

De acordo com PERES, 2005, p.3 “[...] conforme projetos apresentados e discutidos, o ensino superior e a educação popular foram tratados como estruturas paralelas, refletindo preocupações e interesses distintos: de um lado, a formação de elite; de outro, a educação popular. ”



Entende-se que várias teorias foram estudadas e debatidas para implantar um sistema de educação no Brasil. Entretanto, um dos sistemas implantados era inspirado em teóricos franceses que concebiam a escola em três graus diferentes mediados pelo Estado.

Projetos de lei segregavam os indivíduos da sociedade da época, segundo Peres 2005. Para os brancos, que nesse período formavam basicamente a elite brasileira, funcionaria uma educação escolar formal. Para os indígenas, que ainda eram tratados como selvagens e desconhecedores do cristianismo, haveria catequese e civilização, já que o Império acreditava que essa era a única forma de salvá-los da perdição e reintegrá-los à sociedade.

Concomitantemente, em pleno auge da escravidão, foram criadas leis para os negros que se emancipavam gradativamente, pois, em relação aos indígenas, da mesma forma se acreditava que as religiões africanas eram pagãs e pecadoras, haveria uma educação que catequizaria os negros recém-alforriados para o cristianismo e também uma educação industrial na qual os prepararia para uma possível mão de obra qualificada em plena explosão das revoluções industriais na Europa (PERES, 2005).

Pode-se compreender que essa educação segregada e elitizada possuía moldes liberais herdados do contexto europeu. Ainda assim, em relação às formas de educação que existiam no período da Colônia, obtiveram-se alguns avanços na educação.

No Império, dadas às características econômicas, sociais e culturais da sociedade, o trabalho manual e mecânico eram desprestigiados, sendo exercido por humildes artesãos e por escravos. Daí, o número reduzido de alunos – um pouco mais de uma centena em 1864 –, esparsos por pequenas escolas comerciais e agrícolas. Em um significativo contraste revelado pelas estatísticas, naquele mesmo ano, havia 8.600 alunos matriculados em aulas e estabelecimentos de instrução secundária, pretendendo acesso às escolas superiores e, por conseguinte, às profissões liberais (AZEVEDO, 1958, p. 82).

A desigualdade social que havia na época modificava o contexto social brasileiro. O contraste entre as leis que eram criadas pelo Governo Imperial e a preocupação com o estudo dos cidadãos eram nítidas. Bastava perceber que, mesmo dentro do círculo escolar, os poucos que frequentavam as escolas entravam nas universidades. Ou seja, quando se depara com a quantidade de pessoas que vivam aqui naquela época e os poucos que frequentavam as escolas, vê-se que as leis propostas pelo Império não satisfaziam as necessidades do povo.

Os estabelecimentos particulares eram os que mais contribuíam para a realização dos estudos secundários necessários aos exames de preparatórios, então, exigidos para o ingresso nos cursos superiores. Principalmente depois do Ato Adicional de 1834, o ensino privado tomou grande impulso, suplantando em muito o ensino público, tanto em número de estabelecimentos, quanto em relação à matrícula. Em 1865, nas províncias do Ceará, Pernambuco e Bahia, havia, respectivamente, 283, 536 e 860 alunos matriculados no ensino privado, para 156, 99 e 337, no ensino público. No Município Neutro, o índice de matrículas no ensino privado subiu para 2.223, enquanto no ensino público, Colégio de Pedro II, ficou em 327. Apenas na Província de Minas Gerais, a matrícula no ensino particular era equivalente ou inferior às 638 do ensino público (AZEVEDO, 1958, p. 96-97 apud PERES, 2005, p.15).

Abre-se um leque de possibilidades de estudo quando se fala em educação no período imperial, porém o que mais fica evidente é a desigualdade de oportunidades que o Império gerou ao seu povo que vivia sob um regime monárquico. Sabe-se que o ensino para a elite sempre fora voltado ao conhecimento científico, na busca por títulos de doutores, por isso as escolas particulares faziam-se muito mais rentáveis na obtenção desses objetivos em detrimento à escola pública. Enquanto isso, para os pobres, negros e indígenas, a solução era a escola pública que formava trabalhadores para as profissões liberais, manuais e mecânicas.

Os dados relativos ao ensino secundário e superior, de um lado, e o ensino profissional, de outro, revelam a enorme distância, social, econômica e cultural que havia entre a elite e o povo, e entre as profissões liberais e o trabalho manual e mecânico. (PERES, 2005, p. 14).

Compreende-se que a educação de qualidade e de ensino superior, no Período Imperial, voltava-se apenas a uma pequena parte do povo que detinha grande poder aquisitivo. Estudos para formar profissionais para o mercado de trabalho eram destinados, indiretamente, para as classes mais populares da Nação durante o Império, ou quase nenhum.

2.1.1. EDUCAÇÃO NO PERÍODO REPUBLICANO

Conforme SCHUELER e MAGALDI, 2008, p. 35, no final do século XIX, as escolas imperiais eram o retrato da forma de atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez e do “mofo”. Mofadas e superadas estariam ideias e práticas pedagógicas – a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos. Casas de escolas foram comparadas a pocilgas, pardieiros,



estalagens, escolas de improviso – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes. Sob o manto dessa representação em negativo, era crucial para intelectuais, políticos e autoridades comprometidas com a constituição do novo regime seguir “pesada e silenciosamente o seu caminho”, produzir outros marcos e lugares de memória para a educação republicana. Pretendia-se (re) inventar a nação, inaugurar uma nova era, novos tempos.

A historiografia da educação há muito vem abordando o processo de silenciamento do passado colonial e imperial, a desqualificação e o apagamento produzido pela memória da educação republicana em relação às práticas, ações e iniciativas educacionais e pedagógicas que lhe antecederam. (SCHUELER e MAGALDI, 2008, p.35)

Jorge Nagle, na tese *Educação e Sociedade na Primeira República*, defendida em 1966 e publicada em 1974, já questionava a pertinência de uma classificação que tendia a enfatizar mais supostas rupturas, ao invés de problematizar a complexidade dos processos históricos de mudança social, cultural e política, as continuidades e as permanências e os jogos de disputas e tensões, imbricações e apropriações mútuas entre representações do novo e do velho, do moderno e do antigo, da inovação e da tradição. Tencionava os marcos de 1889 e 1930, período tradicionalmente denominado Primeira República (quando não chamado de República Velha).

Nagle argumentava: “essas duas datas de forma alguma significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro”. Com o argumento, o autor buscava dirigir o foco para uma “profunda e vigorosa discussão havida no final do Império a propósito dos assuntos educacionais”, período ao qual ele se referia, em sua tese, como de intenso “fervor ideológico” e de discussões pela democracia, pela federação e pela educação, então construídas como categorias –e caminhos –inseparáveis de redenção da nação, no momento de crise e decadência da direção conservadora e do regime monárquicos. (SCHUELER e MAGALDI, 2008, p.36).

A simplificação das reformas educacionais ocorridas em vários pontos do Império era uma estratégia que referendava o esquecimento a respeito do legado educacional do século XIX: a difusão de novos métodos de ensino simultâneo, intuitivo (as lições de coisas) e de alfabetização (os métodos analíticos, que buscavam conciliar o ensino da leitura e da escrita); a propagação das



bibliotecas escolares e a criação do Museu Pedagógico (1883); a expansão da iniciativa privada dos colégios.

De fato, a Constituição de 1891 não trouxe alterações significativas no que tange à distribuição de competências. O princípio federativo fundamentava a determinação de que cabia aos estados e municípios a tarefa de criar e desenvolver o ensino primário e secundário e à União cabia à responsabilidade pelo ensino superior, além do ensino primário e secundário na capital do país, atribuição que repartiria, em regime de colaboração e concorrência, com o poder municipal, o Distrito Federal. (SCHUELER e MAGALDI, 2008, p.40).

Os debates manifestados no Império sobre a reconstrução da nação via escola primária e a leitura da “decadência” do ensino público foram recorrentes nos anos da Proclamação da República. José Veríssimo argumenta esse debate, porém, numa de suas obras, *A Educação Nacional em 1892*, na qual ele relata a permanência de velhas batalhas.

Argumentava que, a despeito das mudanças, a educação escolar republicana trazia aspectos de continuidade em relação à época progressista. A crítica mais contundente dirigia-se ao que considerava excessos do regime federativo implantado pela República. Para ele, a situação do ensino primário teria se agravado ainda mais, pois, sob a forma da federação, foi concedida a cada estado plena liberdade para gerir os negócios da instrução pública. Em suas considerações sobre a temática educacional, o autor parecia se aproximar de um personagem, criado por um dos maiores escritores da época, o Conselheiro Aires, de Machado de Assis, em *Esau e Jacó*. Para o Conselheiro, assim como para Veríssimo, talvez o regime político tivesse “trocado a roupa”, sem que tivesse “mudado de pele”. (SCHUELER e MAGALDI, 2008, p.41).

Verifica-se um importante papel da escola primária republicana, ou seja, dedicava-se a uma formação do caráter e no desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e de disciplina na criança. E tinha como preceito atingir a sociedade como um todo, e não somente os alunos da escola.

3. METODOLOGIA

A primeira etapa em relação ao encaminhamento metodológico foi a investigação e a pesquisa das informações a serem analisadas. Além disso, a coleta de dados foi realizada nos seguintes autores: Ribeiro, Neto, Schueler, Schuck, Leão, Pereira e Seco. Verifica-se que é extremamente importante sabermos sobre a história da educação, pois essa é uma das áreas mais importantes para o desenvolvimento de um país.

Em consequência disso, foram estudados os períodos que formaram a história da educação brasileira, ou seja, o ensino/aprendizagem se inicia com os jesuítas, porém nessa época não existia um sistema educacional, já que apenas concentrava a educação indígena. Dessa forma, eles tinham interesse de catequizar os índios com objetivo de obter mão de obra barata. Nos anos seguintes, o Marquês de Pombal chega ao Brasil e constitui aulas régias. Em seguida, surge o período Imperial e, logo, o Republicano, que remodelam a educação. Assim, esses períodos foram encarregados de formar a educação atual.

Percebe-se que é significativo conhecermos e entender como se deu a origem da educação brasileira. Dessa maneira, compreendemos a precariedade no engajamento da formação das escolas que, atualmente, retrataram-se em grades problemáticas.

Os dados levantados no decorrer do texto relatam o sistema educacional escolar brasileiro, com isso demonstrando o desenvolvimento dos períodos educacionais. Após analisarmos como os períodos educacionais foram formados, podemos perceber que a educação brasileira vem a tempo provindo reflexões e debates à procura de uma educação sistematizada e que compreenda a voz social, cultural e econômico deste país castigado pela exploração.

Em consequência disso, a nação deve esquecer a história que passou, ou seja, a exploração e a escravização que sofreu, e reformular um período de novos pensamentos, pois a sociedade deve desconstruir a ideologia formada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos levantados ao longo do texto demonstram o sistema educacional escolar brasileiro e como os períodos educacionais vêm se desenvolvendo.

Percebe-se, após a reflexão, que, ao longo da história, o processo de organização do sistema escolar público estatal foi apresentado de uma forma “salvadora”, capaz de reduzir as manchas provocadas pelas desigualdades sociais e econômicas.



No início da Primeira República, a educação foi envolvida pelo espírito cívico patriótico, que tinha o objetivo de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado, no qual acreditava-se que educar era mais importante que instruir.

O debate sobre a escola pública ocorre desde 1910 em prol de uma educação para todos e de forma gratuita. Desde a Primeira República, o modelo político, econômico e educacional mostrou-se ineficiente em relação à homogeneização das oportunidades culturais e econômicas, ocasionando problemas de desigualdade, seletividade, exclusão e concentração de renda.

Em consequência disso, ao longo do tempo, o Brasil se desenvolveu, se urbanizou, se industrializou, obtendo diversos avanços.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal, **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. UNESP - Ribeirão Preto. 1993.

NETO, Alexandre Shigunov e MACIEL, Lizete Shizue Bomura, **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Editora UFPR: Educar, Curitiba. 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez e MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello, **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa**. PROPED - Rio de Janeiro. 2008.

SCHUCK, Neivor e STINGAR, Robson, **Refletindo sobre a história da educação no Brasil**. s.d.

LEÃO, Silse Teixeira de Freitas Lemos, **Breve análise sócio histórica da política educacional brasileira: ensino fundamental**. UFMA - São Luiz. 2005.

PEREIRA, Wendell L., **Políticas públicas e educacionais no contexto histórico brasileiro**. UFU, s.d.

SECO, Ana Paula e AMARAL, Tania Conceição Iglesias, **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. UNICAMP, s.d.

PERES, Tirsia Regazzini. **Educação Brasileira no Império**. História da educação, 3 ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p.29 – 47.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822 – 1889)**. Navegando na história da educação brasileira, HISTEDBR: 1986 – 2006 UNICAMP.